

Diretoria da Dívida Externa do BC será extinta

BRASÍLIA — A extinção da Diretoria de Dívida Externa do Banco Central está em estudos pelo Governo, a partir de sugestão apresentada pelo Ministro da Fazenda, Dílson Funaro. A proposta fortalece o Ministério da Fazenda como o centro articulador da renegociação do endividamento do País, e reduz a participação do Banco Central nesse processo praticamente à figura de seu Presidente, Francisco Gros.

A Diretoria de Dívida Externa foi criada em agosto de 1985, com a ascenção de Fernão Bracher à Presidência do Banco Central. Bracher escolheu para ocupar o novo cargo um experiente negociador na área externa, Antônio de Pádua Seixas, que, embora demissionário, ainda responde pela função.

A eliminação dessa diretoria devolveria o Banco Central à sua estrutura tradicional, limitada à Diretoria de Área Externa, hoje ocupada por Carlos Eduardo de Freitas, e aos departamentos que lhe são vinculados.

Um desses departamentos, entretanto, o de Organismos e Acordos Internacionais, tem vida própria, pela

presença do economista Carlos Alberto Amorim Júnior na sua chefia. Amorim tem sido um interlocutor frequente de Gros, acompanhando-o na recente viagem a Miami, para a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com o esquema proposto por Funaro, a Coordenadoria de Assuntos Internacionais, ganharia novos poderes, concentrando, mais efetivamente, a condução operacional da renegociação da dívida. No Ministério da Fazenda, apresenta também importância nos rumos da negociação o assessor especial Paulo Nogueira Baptista Júnior, considerado um defensor de posições mais intransigentes junto aos credores.

Os personagens da máquina burocrática do governo ligada à questão do endividamento externo não determinarão, entretanto, uma predominância do papel de especialistas técnicas na renegociação. O que se pretende, caso prevaleçam as propostas de Funaro, é marcar esse processo por uma forte conotação política, em que se reserva uma participação especial a parlamentares e ao próprio Ministro da Fazenda.